

Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Jesus
EDITAL DE ABERTURA DO
CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2008

ERRATA Nº 02

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Jesus, no uso de suas atribuições, torna pública a alteração promovida no Edital nº 001/2008, publicado no dia 08/02/2008.

No Anexo I – Conteúdo Programático. Para o cargo de: Auditor de Tributos Código (030)
onde se lê:

Administração Pública; Auditoria; Contabilidade Geral; Direito Administrativo; Direito Civil e Comercial; Direito Constitucional; Direito Penal; Direito Tributário; Economia; Finanças Públicas.

leia-se:

1. Conhecimentos Específicos
DIREITO CONSTITUCIONAL 1. Princípios Fundamentais da Constituição de 1988. 2. Direitos e Garantias Fundamentais. 3. Controle de Constitucionalidade. 4. Organização Política. 5. Processo Legislativo. 6. Poder Judiciário. 7. Tributação e Orçamento. 8. Ordem Econômica e Financeira. 9. Da organização do Estado e dos Poderes. Procedimentos de auditoria. Contabilidade pública. Lei de responsabilidade Fiscal (Lei Complementar no 101/00); DIREITO ADMINISTRATIVO 1. Atos Administrativos. 2. Processo Administrativo. 3. Licitação. Lei no 8.666/93, com as alterações posteriores. Pregão (Lei no 10.520/02) 4. Contrato Administrativo. 5. Serviços Públicos. 6. Concessão, permissão e autorização de serviço Público. 7. Convênio. 8. Bens Públicos. 9. Desapropriação, servidão administrativa, requisição, ocupação temporária, limitação administrativa e tombamento. 10. Improbidade administrativa. DIREITO CIVIL 1. Lei de Introdução ao Código Civil. 2. Pessoa natural. 3. Pessoa jurídica. 4. Obrigações. 5. Contratos: Parte Geral. Espécies: compra e venda; troca; doação; locação de coisa; prestação de serviço; mandato. 6. Posse. 7. Propriedade imóvel: aquisição e perda. Usucapião. Função social da propriedade. 8. Responsabilidade Civil. DIREITO TRIBUTÁRIO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL 1. Conceito e classificação dos tributos. 2. Espécies tributárias. 3. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Princípios jurídicos da tributação e imunidades tributárias. 4. Obrigação tributária. 5. Lançamento tributário. 6. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. 7. Extinção do crédito tributário. 8. Exclusão do crédito tributário. 9. Dívida ativa. 10. Certidões negativas. 11. Processo administrativo fiscal. 12. Cobrança da dívida ativa: execução fiscal e a Lei no 6.830/80, e alterações. 13. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar no 101/00). 14. O Código Tributário Nacional (Lei no 5.172/66 e alterações). DIREITO PENAL 1. Parte Geral do Código Penal: nexos causais.

No Anexo I – Conteúdo Programático. Para o cargo de: Procurador Municipal (Código 040)
onde se lê:

Direito Constitucional; Direito Administrativo; Direito Tributário; Direito Municipal; Direito Civil; Direito Processual Civil e Organização Judiciária; Direito Penal e Processual Penal; Direito do Trabalho e Processual do Trabalho.

leia-se:

1. Conhecimentos Específicos
DIREITO CONSTITUCIONAL 1. Princípios Fundamentais da Constituição de 1988. 2. Direitos e Garantias Fundamentais. 3. Controle de Constitucionalidade. 4. Organização Política. 5. Processo Legislativo. 6. Poder Judiciário. 7. Tributação e Orçamento. 8. Ordem Econômica e Financeira. 9. Da organização do Estado e dos Poderes. DIREITO ADMINISTRATIVO 1. Administração Pública. Conceito. Natureza. Fins. Regime jurídico administrativo. Princípios Constitucionais expressos e implícitos. Órgãos e agentes Públicos. Administração Pública direta e Administração Pública indireta. 2. Contrato de gestão. 3. Responsabilidade civil da Administração. 4. Lei Orgânica do Município. 5. Poderes e deveres do administrador Público. Poderes administrativos. Uso e abuso de poder. 6. Atos Administrativos. 7. Processo Administrativo. 8. Licitação. Lei no 8.666/93, com as alterações posteriores. Pregão (Lei no 10.520/02) 9. Contrato Administrativo. 10. Serviços Públicos. 11. Concessão, permissão e autorização de serviço Público. 12. Convênio. 13. Bens Públicos. 14. Desapropriação, servidão administrativa, requisição, ocupação temporária, limitação administrativa e tombamento 15. Improbidade administrativa. DIREITO TRIBUTÁRIO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL 1. Conceito e classificação dos tributos. 2. Espécies tributárias. 3. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Princípios jurídicos da tributação e imunidades tributárias. 4. Obrigação tributária. 5. Lançamento tributário. 6. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. 7. Extinção do crédito tributário. 8. Exclusão do crédito tributário. 9. Dívida ativa. 10. Certidões negativas. 11. Processo administrativo fiscal. 12. Cobrança da dívida ativa: execução fiscal e a Lei no 6.830/80, e alterações. 13. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar no 101/00). 14. O Código Tributário Nacional (Lei no 5.172/66 e alterações). DIREITO CIVIL 1. Lei de Introdução ao Código Civil. 2. Pessoa natural. 3. Pessoa jurídica. 4. Obrigações. 5. Contratos: Parte Geral. Espécies: compra e venda; troca; doação; locação de coisa; prestação de serviço; mandato. 6. Posse. 7. Propriedade imóvel: aquisição e perda. Usucapião. Função social da propriedade. 8. Responsabilidade Civil. DIREITO FINANCEIRO 1. Direito Financeiro: conceito e objeto. Competência legislativa: normas gerais e específicas. Lei no 4.320/64. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar no 101/00). 2. Orçamento Público: natureza jurídica; princípios; vedações. Leis Orçamentárias: Lei Orçamentária Anual; Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual. 3. Precatórios judiciais. DIREITO PROCESSUAL CIVIL 1. Ação: conceito, natureza jurídica, classificação, elementos e condições. Prescrição. 2. Processo: conceito, natureza jurídica e princípios fundamentais. Pressupostos processuais. Atos processuais: classificação, lugar, tempo, prazo, forma e comunicação. Preclusão. Nulidades. 3. Citação, intimação e notificação. 4. Sujeitos do processo: partes e procuradores, deveres e responsabilidades. Capacidade e legitimidade. Substituição processual. 5. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros. 6. Pessoa jurídica de direito Público no processo civil. 7. Competência. 8. Formação, suspensão e extinção do processo. 9. Procedimento ordinário. 10. Petição inicial: requisitos, inépcia e indeferimento. 11. Respostas do réu. 12. Revelia e seus efeitos. 13. Julgamento conforme o estado do processo. 14. Audiência preliminar e audiência de instrução e julgamento. 15. Prova. 16. Sentença. 17. Coisa julgada material e formal. 18. Recursos. 19. Liquidação de sentença. 20. Lei de Execuções Fiscais e Cautelar Fiscal. 21. Execução contra a Fazenda Pública. 22. Ação de desapropriação (Dec. lei 3.365/41). DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO 1. Elaboração de contestação e recursos. 2. Nulidade do contrato de trabalho. 3. Competência da Justiça do Trabalho. 4. Trabalhador Rural. DIREITO PENAL 1. Parte Penal do Código: nexos causais. DIREITO MUNICIPAL: Servidor Público; Organização Administrativa; Serviço público; Poder de Polícia. DIREITO PROCESSUAL PENAL 1. Da competência pela prerrogativa da função.

Santo Antonio de Jesus, 06 de março de 2008

Euvaldo de Almeida Rosa
Prefeito Municipal de Santo Antonio de Jesus